

O corpo de Caeiro

Sabemos que a génese dos heterónimos, tal como é descrita na célebre carta a Casais Monteiro, obedece a uma lógica rigorosa. Lembremos, sucintamente, alguns aspectos dessa lógica.

Caeiro ocupa, na constelação heteronímica, um lugar à parte: ele é simultaneamente o mais “puro”, o mais “absoluto” dos heterónimos, e o que menos contém de “fabulação”, de “fingimento”, que constituem a textura essencial de todo o heterónimo. Pelo seu estilo, pela sua “maneira de sentir”, pela sua concepção da natureza e do mundo, ele compõe um “sistema” autónomo, bastando-se a si próprio, mas encerrando, em potência, todos os outros poetas que virão a nascer a partir de si. Caeiro é o seu “mestre”. Em que consiste essa mestria? Em primeiro lugar, no facto de ele possuir a ciência “do ver e do sentir”. Não apenas a ciência, mas a prática, a concretização dessa doutrina num modo de, fisicamente, ser e viver.

Saber sentir ou ver é ver ou sentir sem metafísica. Temos de desaprender o que aprendemos para chegar ao despojamento total que nos garanta a verdadeira percepção das coisas. “Bendito seja eu por tudo o que não sei”, escreve ele. Compreender o que uma flor ou uma borboleta são por si sós, na sua “objectividade absoluta”, exige que cessemos de

projectar na Natureza o nosso pensamento. “Pensar é estar doente dos olhos”. “Eu não tenho filosofia, tenho sentidos”.

Todo o mal reside em atribuímos à natureza sentimentos e pensamentos. Assim criamos na percepção um fundo obscuro, assim vemos mistério atrás de cada coisa, e aí nos refletimos e nos perdemos. Porque, ao atribuímos significados às coisas quando é certo que elas “não têm significado, têm apenas existência”, cavamos uma distância intransponível entre nós e nós mesmos: os significados reenviam-nos para outros significados, até ao infinito. O mistério instala-se no coração da Natureza, e a busca do sentido torna-se interminável:

Terá a terra consciência das pedras e plantas que tem?
 Se ela a tiver, que a tenha [...]
 Mas que me importa isso a mim?
 Se eu pensasse nessas coisas,
 Deixava de ver as árvores e as plantas
 E deixava de ver a Terra,
 Para ver só os meus pensamentos...
 Entristecia e ficava às escuras.

O mistério da Natureza volta-se contra aquele que pensa. Esta espécie de *hemorragia* do sentido que atinge os poetas “místicos” e os “filósofos” testemunha a perda do verdadeiro sentido e da verdadeira existência: a Natureza não tem sentido, apenas existe, e todo o seu sentido se esgota na sua visibilidade. A doença metafísica contém todo o mal do mundo: buscamos incessantemente o sentido último do mistério (e buscar é já uma doença: “Mas quem me disse que quisesse compreender? / Quem me disse que eu chegaria a compreender?”), perseguimos cada significado até ao infinito, corremos de um para outro na ânsia de formar totalidades de sentido que unifiquem o Universo:

Metafísica? Que metafísica têm aquelas árvores

[...]

“Constituição íntima das cousas”...

“Sentido íntimo do universo”...

Tudo isto é falso, tudo isto não quer dizer nada.

[...]

Pensar no sentido íntimo das cousas

É acrescentado, como pensar na saúde [...].

Não há “interior” na natureza, não há obscuridade fundamental, não há um mundo oculto. A Natureza é transparente e finita: “O único sentido íntimo das cousas / É elas não terem sentido íntimo nenhum”.

Aprender a ver — que é a única verdade de Caeiro — equivale, pois, a desaprender a pensar. Para ver com o máximo de objectividade é preciso não eliminar o pensamento, mas integrá-lo nos órgãos dos sentidos. “Sentir como quem olha / Pensar como quem anda”; “Pensar uma flor é vel-a e cheiral-a / E comer um fructo é saber-lhe o sentido”.

Mas como é possível esta aprendizagem? Ela corresponde não só a uma iniciação real, a uma “sabedoria” (como escreve o poeta), mas também ao processo a que obedece a construção da emoção poética — dado que, em Caeiro, escrita e existência são uma e a mesma coisa. Ora, é bem claro que o mestre da doutrina do sentir segue justamente a via oposta a toda a estética de Pessoa: integrando a consciência nos sentidos, parte do abstracto para o concreto, quando os princípios poéticos apontam um caminho que vai do mais concreto, da sensação, ao abstracto, a essa consciência de sensação que cria a “emoção abstracta”. A linguagem poética caracteriza-se pela construção de um “além” ou de um “halo” que carrega a emoção de mistério, de significações obscuras: e não provêm elas da acção que a consciência exerce sobre a sensação? Toda a estética de Fernando Pessoa insiste neste

ponto com força e rigor. A sensação adquire um “valor estético” quando a consciência a agarra e se reduplica na linguagem. A sensação de uma flor que se contempla ou se aspira deixa de ser apenas flor logo que se transforma em consciência de sensação: graças à consciência, a sensação dilata-se aprofunda-se, adquire uma vibração emocional particular — porque a consciência a entrelaça com outras sensações, despertando associações com outros sentidos, outras imagens e recordações. Depois, reduplicando-se na linguagem (como consciência — na palavra, na metáfora, na expressão poética — da simples consciência de sensação), a flor produz o máximo de intensidade sensitiva e expressiva.

Ora, Caeiro vê e sente de uma forma primitiva, imediata, abolindo mesmo a linguagem: ele desejaria desembaraçar-se da “linguagem dos homens / Que [...] impõe nome às cousas. / Mas as cousas não têm nome [...]”; “Renque e o plural arvores não são cousas, são nomes”; e a Natureza “não é uma linguagem”.

Como entender, então, a escrita de Caeiro? Como é ela possível sendo ele poeta? E no plano do seu “saber”, como consegue ele pensar com os sentidos? Estas duas interrogações constituem apenas uma, fundindo a que se refere à escrita com a que nos remete para a existência: como chegar não à consciência última da sensação, mas àquela que, sem deixar de plenamente ser sensação, nos leva à candura e à virgindade de uma consciência de criança? Como alcançar a suprema inconsciência consciente dela própria, numa vida dos sentidos que resolveria as aporias da infância e da maturidade, do animal e do humano, do pastor e do cidadão, do “primeiro homem” e do civilizado (todas elas figuras emblemáticas da oposição consciência / sentidos ou consciência / inconsciência), referidas por Caeiro? Dizendo-se um “animal humano”, fazendo o elogio do “Homem verdadeiro e primitivo”, descrevendo o Menino Jesus com um paradigma de quem sabe

ver a Natureza, Caeiro surge como a resposta viva a todos os problemas que obcecaram Reis, Campos, Pessoa ortónimo, Soares: para ele, não há cisão interior, distância que vai de nós a nós mesmos, ou de nós a outrem, a morte não é uma catástrofe, o tempo não existe, não existe infinito. No entanto, não nos iludamos: em Caeiro a ausência de cisão não pressupõe uma unidade fundamental primitiva, uma coincidência original de nós connosco mesmos e com o cosmos, mas — e nisso reside o maior mistério do caso Caeiro, se não do caso Pessoa — uma coexistência harmoniosa com a multiplicidade diferencial do mundo, com o movimento e a pluralidade das sensações que o poeta tem de viver na sua singularidade ontológica. E isto sem cisão, sem tragédia, na imanência total do sentir e do pensar relativamente à Natureza.

Daí a poesia de Caeiro ser tão enigmática. Porque, como dissemos, para ele, viver e escrever são uma e a mesma coisa. Os versos fluem dele quase involuntariamente, sem causa nem objectivo: “acontecem-lhe” numa espécie de ocorrência sensorial, tão natural e ocasional, tão exacta e irrecusável como um raio de sol caindo sobre um corpo.

Como é, pois, possível uma poesia assim? Não descerá ela ao nível de uma prosa vulgar, descritiva, desprovida de “emoção abstracta”? Aliás, não fala o próprio Caeiro da “prosa dos seus versos”? Pessoa estava perfeitamente consciente deste problema. Num projecto de prefácio à tradução inglesa dos poemas de Caeiro, ele próprio afirma que para escrever em verso a sua “prosa”, Caeiro parte de um sentimento inconcebível, ou de uma “ausência de sentimento”. Este sentimento não sentido surge no momento em que ele olha uma coisa e pensa nela sem nela pensar: Fernando Pessoa procura indicar-nos a separação do sujeito em relação aos seus pensamentos e sentimentos. Quem pensa sentindo já não é uma consciência de si, suporte de pensamentos e sensações, o eu não está ali, porque não existe consciência de